

Decisão final modifica distribuição de verbas

BRASÍLIA — O Projeto de Lei Orçamentária aprovado ontem pelo Congresso Nacional altera, substancialmente, a mensagem original enviada ao Legislativo pelo Presidente José Sarney. O ponto que mais desagradou o Executivo foi a fórmula adotada para a rolagem da dívida externa dos Estados e Municípios que reduziu em US\$ 2,1 bilhões (ou CZ\$ 1,2 trilhão) a estimativa inicial de receita da União.

Com a proposta elaborada pelos técnicos da área econômica, o Governo federal pretendia arrecadar dos Estados cerca de US\$ 3,1 bilhões (CZ\$ 1,9 trilhão). Depois de diversas tentativas de entendimento entre a Comissão de Orçamento e o Governo sobre o assunto, os parlamentares terminaram por aprovar uma arrecadação bem menor, da ordem de US\$ 1 bilhão (CZ\$ 632 bilhões).

Esta alteração na coluna das receitas do Orçamento gerou uma redistribuição pelas diversas rubricas, e a medida acabou por gerar um déficit público nas contas do Governo de 0,56 por cento do PIB, no ano que vem.

O Governo estava trabalhando com uma expectativa de superavit de até 0,07 por cento do PIB, número que acabou descartando na terceira Mensagem enviada ao Congresso na antevéspera da votação do projeto pela Comissão Mista.

Nesta última Mensagem, o próprio Governo projetou um deficit de 0,56 por cento do PIB, que acabou sendo absorvido no parecer do Relator da Comissão, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

O Congresso Nacional também aprovou alterações profundas na distribuição das receitas da União. A chamada "Operação Desmonte", imaginada pelo Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e incorporada ao projeto do Governo, acabou vindo por terra.

Foram reativadas, via dotação orçamentária, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas), a Embrater (Empresa Brasileira de Extensão Rural) e o IBC (Instituto Brasileiro do Café), todos "desmontados" por Abreu.

Órgãos que ganham menos recursos

Órgão	Proposta do Governo	Orçamento aprovado (CZ\$ 1.000,00)
Ministério Fazenda	137.097.891	107.497.891
Min. Ind. e Comércio	262.310.539	167.057.390
Min. Previdência	515.099.750	441.099.750
Min. Bem Estar Social	235.252.493	224.252.493
Encargos Gerais da União/Seplan	244.472.650	118.766.650
Transf. Estados e Municípios	2.439.413.351	2.297.513.351
Reserva de Contingência	48.395.670	28.395.670

(* Preço de junho/88)

Órgãos que ganham mais recursos

Órgão	Proposta do Governo	Orçamento aprovado (CZ\$ 1.000,00)
Câmara Deputados	43.913.312	44.583.312
Senado Federal	46.201.034	47.361.033
Tribunal de Contas	12.309.806	13.009.806
Superior Tribunal de Justiça	12.879.512	21.879.512
Justiça do Trabalho	58.232.719	61.832.719
Presidência	252.607.636	264.107.636
Ministério Agricultura	94.873.842	134.273.842
Ministério Educação	656.552.411	735.087.261
Ministério Justiça	35.848.395	41.648.395
Ministério Minas e Energia	113.502.583	120.302.583
Min. Relações Exteriores	42.009.800	44.009.800
Ministério Saúde	236.268.193	310.268.193
Ministério Trabalho	94.998.082	95.998.082
Ministério Transportes	257.218.567	376.018.567
Ministério Cultura	15.287.170	25.287.170
Min. Ciência e Tecnologia	96.209.971	156.109.971
Encargos financeiros da União	2.675.330.845	2.694.425.145

(* preço de junho/88)